

052ª SESSÃO ORDINÁRIA – 11JUN2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todos nós sabemos das dificuldades que a sociedade brasileira está enfrentando com a sua representação política, na qual nos incluímos, porque estamos aqui como Vereadores, e também votamos em deputados estaduais, deputados federais, governador, presidente da república, senador, prefeito, etc. E não podemos nos calar quando somos testemunhas de algumas ações que, com certeza absoluta, não são aprovadas e jamais terão o apoio da sociedade brasileira. Eu não tenho dúvida de que nós, que participamos ativamente da política, temos conhecimento, temos informações, sabemos de um jeito bem diferente daquele que a sociedade brasileira observa, bem diferente daquele que a sociedade brasileira conhece.

Vou passar para os senhores um discurso da Deputada Cidinha Campos, em vídeo. (Problemas técnicos na apresentação do vídeo.) (Pausa.) Presidente, quem sabe dou espaço para outro parlamentar fazer o seu pronunciamento, até que a assessoria se organize; a representação do meu gabinete esteve cedo aqui organizando esta apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Pois não, Vereador, esta Presidência defere. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, depois de ouvir os primeiros predicados que a Deputada Cidinha Campos referiu à classe política, há mais um detalhe: ela fez esse pronunciamento antes de ler o Decreto da Presidente Dilma, chamado bolchevique, que está assustando o Brasil, Ver.^a Mônica Leal. Isso é a cópia do que Evo Morales está fazendo na Bolívia, do que os comitês fizeram na União Soviética, e das coisas do Seu Fidel Castro e companhia.

Esse pessoal que está preso na Papuda, aquele presídio privatizado pelo PT – porque agora é uma casa do PT lá, ou de grandes parceiros do PT –, está se dedicando, através do seu ventríloquo Gilberto Carvalho, que é o Secretário da Presidência da República, a preparar decretos, criando os chamados comitês em todo o Brasil. Ou seja, querem substituir o Congresso Nacional e tomar decisões sem votos! Movimentos como os do Sem Terra, Black Bloc, ou sei lá o nome que se dá, ONGs, pró ONGs, contra ONGs, isso é o que a Presidente Dilma assinou, para que sejam ouvidos em quase tudo. Até na hora de se promover um tenente-coronel para general todos têm que ouvir esses comitês. Na hora de se indicar um Ministro para o Supremo Tribunal Federal também.

Agora vocês imaginem o tal de Rainha no Supremo Tribunal Federal. Se esses comitês resolverem indicar o Rainha, aquele do movimento dos Sem Terra lá de São Paulo, aquele bandido – porque não era sem-terra, era um bandido; e ninguém se regenera assim tão fácil –, imaginem o que é que a Presidente Dilma está fazendo! E ontem eu estive na convenção do meu partido, o PMDB, sou delegado à Convenção Nacional do Partido e estava em Brasília. E por muito pouco não se desfez essa aliança do PT com o PMDB. Por muito pouco! Por 58 votos de diferença só não foi desfeita! Uma coisa que parecia unanimidade até três, quatro anos atrás. Tinham um, dois ou três aqui do Rio Grande do Sul que eram contra, o restante todo era a favor da aliança. Talvez por essas loucuras que fizeram a Presidente assinar, começou a “cair a casa”, ninguém mais quer aliança com o PT. Esses que votaram pela aliança, votaram em homenagem ao Vice-Presidente Temer, que é um homem de bem - gosta de um poder uma barbaridade esse meu Vice-Presidente! Mas é um homem de bem, gosta muito de estar ao lado de quem está no comando, sempre com aquela conversa da governabilidade. Pois, eu gosto muito de fazer o que nós estamos fazendo aqui no Rio Grande do Sul, o próprio Gov. Tarso Genro disse: “O PMCB é oposição”. Eu respeito o Gov. Tarso Genro, não concordo com quase nada do que ele faz, mas nós somos oposição. O PMBD tem que aprender a fazer isso, a discordar, como fizemos, ontem, lá em Brasília - discordar. Pela arrogância que este Partido está tendo com muitas pessoas que o ajudaram, como os peemedebistas do Rio de Janeiro, da Bahia, do Rio Grande do Norte, de Mato Grosso de Sul, do Ceará, e assim vai. Peemedebistas que ajudaram o Lula e a Presidente Dilma, nesses 12 anos, e que agora tiveram o troco que o PT deu para eles. Ou seja, nada, nada que ajude! E começou a ruir a casa, a fundação já está afundando, a casa está caindo. E eu tenho a

certeza que o Brasil acordou com essa última provocação. Com esse decreto que a Presidente Dilma assinou, eu não tenho dúvida nenhuma que o Brasil começou a ficar com mais medo dos radicais do PT. E aqui, a própria revista diz assim: “O Governo cede aos radicais do PT e agora quer os movimentos sociais participem das decisões em quase todos os órgãos oficiais, o nome disso é sovietação, um decreto nos moldes bolivarianos”. Então, vamos começar a “ficar com as barbas de molho”, não basta só ficar olhando, temos que agir, e o Brasil está agindo. Podem ter certeza que, independente do resultado da Copa, eu não tenho medo que, se o Brasil ganhar, a Dilma vai ganhar; não é ela que vai jogar! Quem vai escalar é o Felipão, e quem vai jogar são os jogadores. Então, o povo não vai se enganar com vitória da seleção brasileira. Eu vou torcer pelo Brasil ganhar! E vou torcer pela Dilma perder! Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho aqui, nesta tribuna, fazer um apelo aos Vereadores da base aliada, fazer um apelo às Lideranças do Governo para que intercedam junto ao Executivo para nós conseguirmos resolver, no dia de hoje, a questão da greve dos municipais. Ela está quase no seu final, dependendo somente de uma boa vontade do Executivo, Ver. Tarciso, que resolva a questão de compensação dos dias da greve. É uma reivindicação que fica aqui em nome deste sindicalista, já que, de manhã, eu falei, quando a gente entra numa negociação - eu que minha vida inteira participei de muitas negociações, muitas greves -, a gente inicia estas negociações de greve - e tivemos a última recente, agora, e sexta-feira vamos iniciar outra na General Motors do Brasil - além da pauta reivindicada, na questão dos dias parados. Já frisei aqui, de manhã, que um trabalhador da iniciativa privada, na questão dos dias parados, perde nas férias, no 13º salário e ainda perde seu repouso. E um servidor municipal perde na sua carreira pública, ele perde na sua carreira de trabalhador, isso influencia na sua aposentadoria, isso influencia na sua carreira num todo até na questão de ele alcançar outros postos dentro do setor público. E os servidores municipais, mesmo indo ao encontro da Lei de Greve, eles propõem a compensação dos

dias. Nisso eu vejo a Prefeitura tratando bem o nosso dinheiro, Ver. Cecchim, o senhor que é um microempresário, que foi um homem ativo no Sindilojas, na CDL, sempre presente e ativo nessas entidades, o senhor sabe que quando a gente tem um ganho, principalmente na questão do patrão, do empreendedor, do capital, esse ganho compensa qualquer coisa. Na proposta dos servidores municipais, a Prefeitura não terá que pagar hora extra para fazer o que tem que ser feito, o que ficou para trás. Essas horas da limpeza urbana serão compensadas, serão compensadas pelo DMAE, serão compensadas essas horas em todos os setores da Prefeitura que entraram em greve.

Então, eu a acredito que a Prefeitura estaria cuidando do dinheiro público fazendo esse acordo de compensação, já que ela não necessitaria pagar hora extra para os servidores fazerem isso. Acho que a Prefeitura estaria mostrando uma vontade ímpar de negociar já que os servidores ficaram somente com essa questão pendente. Então, em nome da Bancada do Solidarietà, em nome dos trabalhadores de Porto Alegre, eu faço este apelo à Prefeitura e às lideranças do Governo, aos membros da base aliada para que, no dia de hoje, os municipais mantenham a assembleia permanente aqui perto da Câmara e que a Prefeitura pense em aceitar esta proposta de compensação dos dias de greve. Com força e fé, nós vamos melhorar a vida do povo brasileiro e dos trabalhadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Obrigado pela sua bondade, Presidente Ver. Garcia. Retomando, nós todos, Parlamentares, temos um entendimento muito claro aqui nesta Casa, de que não temos só o direito, mas a obrigação de denunciar e apoiar aquelas ações que buscam clarear um pouco mais estas questões no Brasil, no Estado e na Capital, especialmente onde somos Vereadores. Este depoimento da Deputada Cidinha Campos é uma pérola. Primeiro, eu quero aqui salientar a coragem, porque não é dado a homem público, a quem exerce mandato, não ter coragem. Quando falo em homem, estou, evidentemente, referindo-me também às mulheres, Ver.^a Mônica, pois V. Exa. também tem muita coragem e vem seguidamente nesta tribuna fazer denúncias com

muita convicção, com muita vontade, e é isto que o povo espera de nós, parlamentares. Nós não podemos levar a pecha de que todos somos iguais; não, não somos iguais! Há, sim, uma grande parcela de parlamentares, de homens públicos que deveriam estar – eu já disse isto aqui – não no exercício do mandato, mas, sim, na cadeia; essa é a grande verdade.

Eu gostaria de pedir, encarecidamente, que mostrassem o depoimento da Deputada Cidinha Campos.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, atendendo ao seu pedido de conclusão do vídeo, que tem mais um tempo, e cumprindo com o tempo regimental, quero agradecer a todos nós, todos os Parlamentares, homens públicos que respeitam o que é do povo, homens e mulheres de respeito.

Essa mulher é muito corajosa, e quero cumprimentá-la. O vídeo é antigo, mas o assunto continua atual. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, agradeço o espaço concedido pela minha Bancada do PT – Engº Comassetto, Mauro Pinheiro, Alberto Kopittke e Sofia Cavedon. Hoje, pela manhã, tratamos desse tema e, agora, voltaremos ao tema da convocação do Secretário de Mobilidade Urbana, Vanderlei Cappellari, para explicar o teste que foi feito no dia 29 de abril e que causou transtornos a toda a Cidade.

Depois quero colocar um vídeo que embasou o estudo, inclusive aprovado por nós, aqui na Câmara, mas me perguntam: qual é o estudo que embasou o teste, Vereador? Eu pego, aqui, um estudo da Companhia de Engenharia de Tráfego, de São Paulo, a CET, e destaco uma frase, que embasa a nossa proposta: “As ações para o futuro dependem das ações a serem tomadas agora, porém o calendário da demografia não acompanha, necessariamente, o calendário político. É muito complexo pedir às autoridades

governamentais, aos agentes políticos e aos formuladores de política que pensem no País em 2050”. E por que digo isso? Porque a população está envelhecendo!

Eu quero trazer o caso, aqui, de alguém que vou chamar de Dona Maria (Projeção de imagens.). Em frente ao Shopping Praia de Belas, ela tenta atravessar a rua, mas percebiam que ela não está 100% atenta no momento em que a sinaleira abre por nove segundos para os pedestres atravessarem; ela não está atenta, e tem que ser colocado isso no tempo da sinaleira. Ela recebe ajuda de um cidadão para atravessar. Ver. Paulo Brum, Ver. Janta e Ver. Reginaldo Pujol – que, de manhã, já veio aqui e colocou a sua posição contrária a convocar o Secretário Cappellari para prestar esclarecimentos –, é disso que nós estamos tratando! Vejam que ela atravessou até o meio da pista; precisará apertar novamente o botão para fazer a segunda parte da travessia.

Estudos que embasam um tempo maior para o pedestre estão aqui – Universidade da África do Sul, na Cidade do Cabo, Universidade de Dublin, Sociedade de Engenharia Civil dos Estados Unidos –, e podemos trazer inúmeros. A resolução do Contran, alegada, agora, para não aplicar a lei que está em vigor, fala exatamente sobre o vermelho piscante, ao contrário do que acontece em Porto Alegre. Aqui, quando começa a piscar o vermelho, nós temos três ou cinco segundos, ou seja, não dá mais tempo. Se começar a piscar, e tu estiveres no meio da pista, tens que te virar, voltar, fazer alguma coisa. A resolução do Contran, que está sendo alegada para não cumprir a emenda que está em vigor – a nossa emenda, aprovada pela Câmara –, diz justamente que, durante o vermelho piscante, tem que dar tempo, mesmo que a pessoa tenha iniciado a travessia, de concluí-la.

Vejam bem, estamos aqui pensando no futuro da Cidade, nas pessoas que mais precisam; nessa pessoa, por exemplo, e em tantas outras, porque a cena se repete ao longo do dia. Vocês podem dizer: “Bom, essa tinha uma muleta”. É esse o problema? Não, ela, mesmo com a muleta, se desloca rapidamente. Ela não é uma exceção, ela representa uma grande parte da população que tem dificuldade de atravessar as ruas.

Nós estamos propondo uma conversa com o Sr. Prefeito Municipal. Pedimos um agendamento – tenho aqui o *e-mail* – no dia 29 de maio; solicitamos uma reunião para acompanhar a preparação e a implementação da nova lei, e até hoje não temos resposta. Eu gostaria que colocassem, rapidamente, aquelas fotos. Eu sei que parece que a Prefeitura quer esconder o tema, porque, por um descuido – eu interpreto esse descuido

como uma falta de importância que se dá ao tema –, não conseguiram mandar para a Câmara a tempo. Eu quero mostrar aqui, e pena que a Ver.^a Any Ortiz não esteja aqui, porque, de manhã, ela disse: “Não precisaria 30 segundos em todas”. (Projeção de imagens.) Olhem só, na frente da Santa Casa, 48 segundos. Ruas do Centro, 43 ruas estreitas; por exemplo, essa é na Av. João Pessoa com a Av. Venâncio Aires, 35 segundos - aparecendo lá - só até o meio. Av. Ipiranga com Av. Getúlio Vargas, a rua não é tão larga, naquele ponto, 34 segundos.

O que eu quero dizer com isso? Que a maioria das sinaleiras, cerca de 70% das sinaleiras de pedestres em Porto Alegre, já tem mais que 30 segundos! Esse argumento de botar 30 segundos em tudo, Vereador, é demais. Será que não é demais? Não é demais. Estamos falando de mais ou menos 30% das sinaleiras de pedestres que fazem como fizeram com a Dona Maria: tratam-na com uma indignidade tremenda, e, infelizmente, se nós não discutirmos esse teste - entre aspas - feito pela EPTC, sepultaremos qualquer possibilidade de dar dignidade para os pedestres. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador. O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia, primeiramente, parabéns pela sua explanação lá na Federasul. Parabéns, muito boa a sua palestra lá, e os colegas Vereadores que não puderam ir perderam uma bela palestra do Ver. Professor Garcia.

Senhores, senhoras, eu venho a esta tribuna, mais uma vez, falar da nossa Cidade, porque eu falo, geralmente, da nossa Cidade, do nosso bairro, da nossa rua, da nossa vila; eu não tenho pretensão nenhuma de falar no Brasil, isso eu deixo para os meus colegas que são mais pretensiosos. Então, eu quero agradecer ao meu amigo, Ver. Cassio “Astrogildo”, ao Ver. Paulinho Brum e ao Ver. Elizandro Sabino, que me permitiram vir aqui falar.

Venho aqui, realmente, porque encontrei o Ver. Nelcir Tessaro ali na rua e perguntei: Vereador, o senhor não viu o Viaduto Pinheiro Borda? Está pronto! O Viaduto Júlio de Castilhos, meu amigo, vai ficar pronto amanhã. Eu disse para o nosso querido amigo Ver.

Nelcir Tessaro, que criticava bastante: olha, Vereador, o senhor já foi lá? Já passou por lá? “Não, já passei, mas não está bem...” Eu discordava, às vezes, das palavras do Ver. Nelcir Tessaro. Quando é para botar empecilho, Ver. Comassetto, dizem: “Tem muitos empecilhos, a Cidade não pode andar, não pode fazer”, enfim.

Então, Ver. Cassio “Astrogildo”, eu venho também dizer que vou pedir a priorização imediata do meu projeto, pelo qual se pode voltar a vender bebidas, cervejas, chope, vinho nos estádios. Vou pedir agora, porque é um projeto que simplesmente vai combinar com a Copa do Mundo, com o padrão Fifa, Ver. Cleiton - o senhor é um delegado padrão Fifa. Então, eu quero lhe dizer que esse projeto foi pensado, analisado, estudado junto ao Estatuto do Torcedor, que, em momento algum, fala que não pode vender bebida, Ver. Paulinho Brum; o que não pode é ingressar no estádio com bebidas. E a lei do nosso Deputado Miki Breier é uma lei genérica, que também fala que não pode nos eventos esportivos, quando estiver acontecendo. Então, eu entrei com uma lei dizendo que pode ser vendido no intervalo que antecede o final.

Já está na Ordem do Dia, mas eu queria pedir às Lideranças que seja revertida a pauta, para ser votado o meu projeto. Esse projeto é bom, simplesmente vai legalizar o que acontece hoje. No mundo esportivo, nos eventos, Ver. Reginaldo Pujol, que participa de futebol e anda pela Cidade, circula ao redor do estádio, os caras tomam tudo a que têm direito até dez minutos antes, Ver. Comassetto, e depois querem ingressar no estádio, todo mundo quer ingressar junto, e aí começa aquele tumulto para entrar, passar pela roleta, e aí vira em confusão. Então, senhores, acho que é bom o projeto, simplesmente vai dar mais oportunidade para aquele vendedor, para arrecadar imposto, porque, se estiver dentro da Copa, gera impostos. E vai tirar toda aquela muvuca antes de começar o jogo. Então quero pedir o apoio dos meus colegas Vereadores para me ajudarem a aprovar essa lei que, simplesmente, ficará igual a da Copa, a lei Fifa.

Ver. Delegado Cleiton, eu falei anteriormente no Viaduto Abdias Nascimento, que é o nome do viaduto, peço perdão porque errei antes. Então, estou corrigindo, Ver. Cleiton, porque sei que o senhor é um Delegado padrão Fifa. Conto com o seu apoio para o meu Projeto que vai ajudar a não ter mais filas antes dos jogos. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, tudo tranquilo, amanhã é a Copa do Mundo, vamos torcer por esse nosso Brasil, por esse esporte maravilhoso que une milhões de corações. Isso é o que importa nesses 30 e poucos dias que teremos no Brasil. Quero cumprimentar os Vereadores e Vereadoras e dizer que estou usando este tempo de liderança, porque amanhã não vamos ter esse tempo e quero desejar a um gaúcho de garra, de brilho, Luiz Felipe Scolari, junto com o seu companheiro Murtosa, com o Paixão, que amanhã, se Deus quiser, Oxalá, a nossa Seleção Brasileira comece com o pé direito.

Eu estava ouvindo o programa Sala de Redação, o Cacalo, o Wianey Carlet, todo mundo dizendo que não está havendo aquele clima, os carros com bandeiras do Brasil, as bandeiras nos edifícios, nos apartamentos; realmente, o povo brasileiro está muito decepcionado, não com o futebol, mas com outras coisas sobre as quais não vou entrar em detalhes aqui, porque o Ver. Bernardino já mostrou aqui. E nós, Vereadores de Porto Alegre, ficamos muito decepcionados com isso tudo que vem acontecendo no nosso País. Mas isso não impede que o nosso coração seja verde, amarelo e azul, por esse Brasil. Que esse esporte maravilhoso nos leve aos quatro cantos do mundo. Então, é muito importante!

Ver. Brasinha, eu quero falar também sobre o seu projeto. Eu não bebo, não sou contra quem bebe, acho que o seu projeto é bom, pois dá tranquilidade ao torcedor de entrar, ver o jogo e, no segundo tempo, tomar a sua cervejinha. Não precisa tomar um “balde” antes do jogo para entrar no campo, é nesse momento que a violência começa a acontecer.

Então, eu quero desejar a cada jogador, aos 20 jogadores, junto com a comissão técnica da Seleção Brasileira, aqueles que vão ficar no banco de reserva, aqueles que vão estar no campo defendendo 200 e poucos milhões de brasileiros, toda a sorte; não existe pressão, isso é um jogo, que se ganha, que se perde. Eu sei que no coração de cada um daquele jogador está passando só a vitória, vitória! Que dê alegria a esse povo maravilhoso, que é o povo brasileiro, eu não tenho dúvida nenhuma. Mas como é um jogo, se ganha e se perde, tudo pode acontecer, porque quando a bola rola dentro do campo, não é a tartaruga, não é aquele sapato, aquela camisa que usei; tudo isso serve

de um conforto para a gente. Mas, quando ela rola dentro do campo, quando ela vai lá onde a coruja não dorme mais, aí não tem jeito. É do jogo, e jogo se ganha e se perde. Mas eu quero aqui, com todo o carinho, com todo o amor... Estive em 1978 na Seleção Brasileira, na Granja Comary, um espaço maravilhoso, viajei com a Seleção pela Europa, Arábia, na convivência de Zico, Rivelino, Leão. Eu quero dizer a todos, como jogador que fui, que é muito difícil, porque temos essa pressão, aquele friozinho na barriga, a fome some, some tudo; só pensamos em fazer o Brasil ser feliz. Então, desejo que esses jogadores, amanhã, entrem com pé direito no campo. Oxalá, que nosso Pai maior conceda aquilo que for melhor dentro do campo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores; quero iniciar a minha fala em nome da nossa Bancada da oposição, com as lideranças comunitárias que estão aqui e nos pedem o apoio: “Defesa Pública da Saraí. Eu apoio!” (Mostra cartaz.) Está no Facebook. Também é uma homenagem a nossa ex-colega Vereadora, a Saraí, que era originária da Vila Cruzeiro, da Tronco e sempre lutou pelos movimentos sociais. Conte com nosso apoio.

Quero dizer que ali na Tronco, Ver. Nereu D’Ávila, é uma das obras que veio em nome da Copa, mas que também, infelizmente, não conseguiu ser concluída e ser feito todo o reassentamento daquela comunidade ali. Mas quero dizer aqui, em nome dos partidos de oposição – PT, PCdoB e PSOL –, o que já disse pela manhã: a sociedade brasileira é uma sociedade da diversidade, da cultura, da criatividade e da paz. Todos os povos, todas as etnias, todas as representações das diversas civilizações do mundo, que estão chegando a Porto Alegre, sejam bem-vindos, porque aqui serão bem recebidos, pois somos da paz.

Quero afirmar aqui, novamente, o tema que tem nos preocupado muito e nos feito debruçar muito, Ver. João Carlos Nedel, que é o tema do transporte público da cidade de Porto Alegre. Todos sabem aqui que a nossa Bancada fez um estudo profundo. Analisamos o edital que tinha se tornado público, fomos até o Prefeito, entregamos a ele esse estudo e apontamos um conjunto de dúvidas, contradições ou falhas que analisamos no edital do transporte público. Pedimos que o Tribunal de Contas concedesse uma cautelar de suspensão do edital para que esses itens fossem corrigidos. O Tribunal de Contas atendeu o nosso pedido e determinou dez dias à Prefeitura para ouvir sobre esses pontos. Eu quero recapitular aqui, porque entendo que esse é um tema nosso, sobre o qual temos que nos debruçar para ajudar que esse novo formato da mobilidade urbana e do transporte público de Porto Alegre venha para instituir qualidade, agilidade e transparência ao sistema de transporte público de passageiros de Porto Alegre, porque em alguns dos itens identificamos falha no edital. A Lei nº 12.587, de novembro de 2012, Lei Nacional da Mobilidade Urbana, determina que no edital venha todo o estudo de qual deve ser a cobertura das linhas de ônibus, como será feita a fiscalização, como será medida a qualidade do serviço – isso não foi apresentado junto com o edital; portanto, é uma das lacunas que identificamos. Também foi dito, Ver. Brasinha – o senhor que é um homem preocupado com transporte público – que quem ganhasse a licitação ficaria com o BRT. Bem, o BRT é uma nova sistemática que estamos implantando em Porto Alegre; nele foram investidos R\$ 670 milhões em recursos públicos; ele terá linhas expressas com uma nova modelagem, com ônibus muito maiores que transportarão três vezes o número de passageiros. Um ônibus BRT é diferente, Ver. Paulinho, de um ônibus que o senhor dirigia, que vai ao Lami, que vai entrando nas comunidades, que vai parando. É óbvio que o preço da passagem tem que ser diferente – o edital não tratou disso. Bom, nós não podemos criar uma nova sistemática, que vai durar 20 anos, e deixar isso sem definição; nós temos que ter clareza. E aqui, Ver. Reginaldo Pujol, ao debater, e o senhor que também faz sempre esse debate, a ATP entrou também no Tribunal de Contas e entrou com um conjunto de questionamentos. Mas os questionamentos da ATP foram numa direção, os nossos questionamentos foram em outra direção, conteúdos diferentes. Então quero deixar isso claro, inclusive colegas Vereadores vieram a esta tribuna acusando de estarmos associados à ATP. Não! Cada um defende o seu interesse, que é legítimo nesse momento. A ATP foi lá questionar o tema das multas que estão imbuídas

no edital, a quantidade de multas que poderiam ser cobradas. Os nossos questionamentos foram outros. E esses questionamentos que fizemos originaram, então, esse pedido de cautelar. E, aí, tem uma questão muito interessante que eu quero compartilhar. O que foi, de muito estranho, nos anúncios, que a imprensa divulgou? Que, no mínimo, tem um equívoco muito grande aí. Qual é o equívoco? O Tribunal de Contas suspendeu a abertura do edital na noite anterior. Às 10 horas da manhã estava suspenso. É óbvio que não apareceu ninguém lá! Porque, se tu tens um edital suspenso na abertura, quem é que vai aparecer se está suspenso? E, às 10h38min, o desembargador disse que prosseguisse. Mas 38 minutos depois... representante, aqui, da EPTC, é óbvio que esse é um processo falho, que é um processo para querer enganar uma sistemática existente! Legalmente, a abertura, na verdade, não existiu! Então eu queria dizer isso. E trago aqui, já que a EPTC está presente conosco, mais um questionamento para que a EPTC possa vir aqui justificar legalmente que o edital deu vazio. O edital não deu vazio, às 10h estava suspenso! Como todos nós sabemos, em qualquer edital, passado um minuto, não é mais possível abrir os envelopes. Então, deixo a interrogação aqui, a palavra com a EPTC. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, só para pegar uma trilha do orador que me antecedeu, se a ATP defende os seus interesses, se o Partido dos Trabalhadores ou alguns Vereadores defendem os seus interesses, isso é o óbvio; agora, para a população, para os cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, o que ficou foi o seguinte: o objetivo de ambos, ATP e Partido dos Trabalhadores, ou leia-se de alguns Vereadores, era o mesmo: embananar o edital. Conseguiram. Então, ultimamente, a imprensa vinha reclamando, com grande ênfase, que Porto Alegre nunca fez licitação, nunca isso, nunca aquilo, e, parecia, assim, que tinha que fazer imediatamente, recaindo no Prefeito aquilo que durante anos e anos, inclusive nos 16 anos do PT em Porto Alegre, não aconteceu. Agora, parecia que tinha que fazer açodadamente.

Na hora, o Tribunal de Contas, acionado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, e pela ATP, por outro lado... Deu no que a ATP queria: não saiu a licitação agora. Então, no mínimo mais seis meses. Agora, não se diga que o Prefeito tem que fazer imediatamente. Não. Estão questionando o edital? É um direito questionar. Não sei se são verdadeiros ou não os argumentos. O fato é que foi embananada a licitação, atrasou aquilo que vinha há muito tempo e o que ainda continua sendo requerido pela população de Porto Alegre.

Outra situação: votar-se-á, nesta tarde, o requerimento de um Vereador para que o Sr. Cappellari compareça à Câmara para falar de um assunto que já foi exaustivamente falado, que é a questão dos 30 segundos.

Esta Câmara e este Vereador, inadvertidamente, consentimos que, na última hora – tão última hora que foi manuscrita a emenda – se acoplasse ao projeto do Estatuto do Pedestre, hoje Lei Complementar nº 740, de 16 de maio de 2014, esta emenda. Erro nosso.

Eu costumo assumir os erros. A natureza humana foi feita à perfeição? Talvez só Jesus Cristo, e, assim mesmo, foi sacrificado. Então, não há perfeição nossa. Houve um erro, um descuido nosso e votamos a favor de algo que é inaplicável, o que ficou demonstrado quando a EPTC fez um teste só na área central, nem precisou ir aos bairros. Por quê? Porque se ficou sabendo que, tecnicamente, há um sistema semafórico junto. O sistema é complexo e junto. Não funciona, por exemplo, a sinaleira do pedestre sem que cesse a sinaleira dos veículos. Ora, isso é quase óbvio. Se for trancada para aumentar o tempo da sinaleira de pedestres, é evidente que a outra fica trancada e o trânsito também. E aí é o caos, dado o número de automóveis e de ônibus hoje circulando em Porto Alegre. Então, já foi suficientemente e exaustivamente falado, explicado, debatido. A imprensa deu ampla, amplíssima cobertura à questão dos 30 segundos. Agora, o que se alega aqui para trazer o Secretário Cappellari? Alega-se que no dia não foi bem feito o teste. Ah, bom, então, há situações em que, daqui da Câmara, quer-se governar a Cidade, quer-se estabelecer questões técnicas que a EPTC explicou com ênfase, mas não foi suficiente. O que se quer? Quer-se fazer, mais uma vez, o constrangimento de trazer o Secretário para falar sobre o que já foi falado, dos 30 segundos, sobre aquilo contra o que a própria população se rebelou, pois não há condições de aplicabilidade. Portanto, somos absolutamente contrários à perda de tempo do Secretário da EPTC de vir aqui falar sobre o que já falou, sobre o óbvio e sobre a inconsequência da aplicação dos 30 segundos em

Porto Alegre. Não há condições. Espero que a Câmara seja sensata e recuse. Uma coisa é quando há um assunto importante, um assunto sobre o qual há desconhecimento ou que a Administração tem que vir aqui explicar; outra coisa é algo que já foi exaustivamente explicado e até houve um tumulto, nem se conseguiu testar de manhã e de tarde.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exa. pela tolerância com meu tempo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h18min.) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, o PLL nº 022/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 14 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

O Sr. Aírto Ferronato (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a votação do Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que solicita renovação de votação da Emenda nº 18 ao PLCE nº 010/13. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. Engº Comassetto (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 038/14 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que solicita renovação de votação da Emenda nº 18 ao PLCE nº 010/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o Requerimento nº 046/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 3 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**; 4 **ABSTENÇÕES.**

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em discussão o PLL nº 201/12. (Pausa.) O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 201/12.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente Ver. Professor Garcia, senhoras e senhores, prezados colegas! Este projeto é um projeto bem simples, e eu vou ler aqui a inclusão do parágrafo único do art. 7º: “O órgão colegiado, referido no inciso V deste artigo, deverá ter, em sua composição, um advogado indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul”. É tão somente a inclusão de um advogado representando a Ordem dos Advogados do Brasil. Todos nós sabemos que, e estamos ouvindo seguidamente as reclamações da sociedade quanto às dificuldades e à desmotivação em fazer recurso quanto às multas. E nós não somos contrários à aplicação das multas, mas este foi um pedido do representante da OAB, que defendemos, pois achamos muito justo - a Ordem dos Advogados do Brasil é uma instituição que merece todo respeito - e é difícil aceitarmos a composição de um grupo julgador em que não haja, no mínimo, um advogado, que, modéstia à parte, é quem tem conhecimento científico e formação para fazer a defesa daquilo que entender ser justo ou injusto. Então, por isso, nós estamos pedindo o voto dos colegas. Volto a dizer: não traz ônus para o Executivo, é somente a inclusão de um advogado, porque entendemos extremamente importante tornarmos isso mais transparente e tirarmos esta pecha de que não adianta fazer recursos, porque os recursos não são atendidos. É isso aí. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 201/12.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. No sistema de autuação para busca de muitos impostos e tributos. O sistema brasileiro funciona da seguinte maneira: ou o fiscal autua e diz que você deve R\$ 50, ou o contribuinte autuado, meu caro Ver. Bernardino, tem o poder, a prerrogativa de recorrer administrativamente para o Secretário. Quando ele recorre para o Secretário, vai haver a resposta sim ou não; V. Exa. conhece bem o assunto. Quando o contribuinte perde, ele recorre para os conselhos. Há os conselhos de contribuinte municipal, estadual e federal, e esses conselhos são formados, são compostos por fiscais, ou seja, por fiscais da prefeitura, por representantes dos contribuintes. É assim que funcionam os conselhos, normalmente em números iguais, com um presidente que desempata. Nós temos lá representantes do Poder Executivo e representantes do contribuinte.

O Ver. Bernardino pretende colocar um advogado nesse conselho. Com todo respeito que me merecem os advogados – e tenho ótimos amigos nessa área –, toda e qualquer inclusão que se pretenda neste País, Ver. Nereu, colocam-se advogados. Olhem, por exemplo, recentemente, para daqui a dez meses, as eleições nacionais: agora tem que ter um advogado. Cada candidato tem um advogado. Que, inventou essa bobagem? Lá em Brasília, algum Ministério, algum Ministro que estava no Judiciário se perdeu um pouco. Para que serve um advogado para a minha campanha? Pediram aqueles juizes, promotores e desembargadores e ministros, informaram se nós, candidatos ou pré-candidatos vamos precisar de advogados na campanha? Para quê? O conjunto, Ver. Cecchim, lá de Brasília, de advogados parlamentares, mais os advogados, com todo o respeito, da Justiça e do Ministério Público, empurraram goela abaixo da sociedade brasileira mais um advogado para nós pagarmos. Quem paga isto? O pré-candidato hoje, que vai ser candidato.

Portanto, Ver. Bernardino, querido, amado e estimado amigo, eu acredito que esse Conselho precisaria muito mais de administradores, contadores e outras profissões, Ver.^a Lourdes, do que, pura e simplesmente, um advogado em outra função, que entende muito pouco ou quase nada. O que entende advogado de conta matemática? De quanto é a

multa de trânsito, pelo amor de Deus?! Posso estar todo errado, talvez ofendendo, e até desmerecendo os amigos advogados. Agora não é, Ver. Bernardino, essa matéria, algo para advogado; é muito mais para contador, economista e outras carreiras.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu sei que o seu papel é duro aqui, mas, convenhamos, o senhor é servidor público e faz pronunciamentos inflamados, defendendo o servidor público; agora, o senhor dizer que julgar um recurso de multa não é questão de direito e que o advogado não está habilitado a isso? Desculpe-me. Obrigado.

O SR. AIRTO FERRONATO: Não, eu sou mais de colocar um contador, mas deixa como está, que está bem. Um abraço e obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para discutir o PLL nº 201/12.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; senhoras e senhores, casualmente eu também sou advogado, mas eu não venho à tribuna na condição de questão corporativa. Eu pensei em me inscrever para discutir o Projeto, e aí fui surpreendido com o discurso do Ver. Airto Ferronato com restrições à participação de advogados, mas também não vem ao caso se, eventualmente, sou bacharel em Direito ou não. Acho que o Ver. Bernardino Vendruscolo está exatamente indo ao encontro do anseio da população que se vê espoliada. Os direitos a recursos, que acho que não são nem lidos. É uma vergonha! Não só este Vereador, mas os outros que eu já ouvi e a população em geral são surpreendidos por multas que não existiram, às vezes, por placas que não são verdadeiras. Há pouco, o motorista com o meu carro - e eu sou observador e faço justiça, quando, por exemplo, dobram numa rua sem dar o sinal, enfim -, recebeu uma multa, porque não estava usando o cinto de segurança, na Av. Borges de Medeiros.

E o motorista nunca deixou de usar o cinto de segurança. Eu corto o meu braço direito, porque sou observador, e sou conseqüente em admoestá-lo em relação a qualquer

situação que possa haver infração. Então, o recurso feito foi negado, e não se sabe as razões.

Eu acho que o Vereador tem absoluta razão, é um Projeto de grande alcance para a população; os que pudessem ser ouvidos iriam falar a linguagem unânime de que são, na maioria das vezes, multas inexistentes, e o pior, não há nenhuma aceitação de recurso.

Há uma vocação da multa pela multa para amealhar mais fundos para o Poder Público, cometendo notórias injustiças.

Por isso acho que até poder-se-ia, como o Ver. Ferronato prescreve, entrar com outra pessoa e com outro contador. Não há problema.

Agora, o acréscimo de um advogado é importantíssimo, primeiro, porque ele vai representando a população em geral, porque essa tal de JARI não representa a população, são contra a população, são espoliadores da população.

E a presença do advogado vai, evidentemente, em nome da OAB, portanto, não vai ser solto lá como uma unidade desconforme com o contexto, porque ele vai representando a OAB, vai obter o respeito e a sua opinião, sem dúvida, vai trazer mais justiça a essa espoliação da multa, que recai sobre todos nós.

Portanto, eu acho que, efetivamente, o Projeto é consequente com o anseio da população.

Ver. Vendruscolo, meus parabéns, e tem o meu voto, não só como Vereador, mas o meu voto moral em nome da população espoliada!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Nereu. O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para discutir o PLL nº 201/12.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, a minha fala será bem objetiva, tendo em vista a matéria que aqui está sendo discutida, no que diz respeito à proposição do Ver. Bernardino. Eu acompanho a linha de raciocínio que aqui foi defendida pelo Ver. Nereu D'Ávila. Todos nós sabemos que os recursos administrativos com que são feitas as JARIs, no que diz respeito às multas de trânsito, são recursos devidamente protocolados, conforme assim orientado o prazo de defesa para os recursos, e, muitas vezes, muito bem instruídos – diga-se de passagem. Eu conheço muitos colegas advogados que,

quando são procurados por clientes que, irrisignados com o fato de terem sido multados, por terem, efetivamente, sob o seu ponto de vista, o entendimento de que a multa foi indevida, porque não houve um auto de infração presencial, não se colheu a assinatura do infrator, ou seja, ao bel prazer, muitas vezes – segundo o entendimento pessoal do fiscal –, ele multa. E, assim, a pessoa protocola, Ver. Bernardino, o seu recurso. Às vezes, a própria pessoa faz; às vezes, constitui um advogado para fazê-lo; e aí não há um advogado, lá na Junta, com a composição de um advogado que venha a fazer a análise técnica e jurídica no que diz respeito ao recurso. E, obviamente, também na condição de advogado, o direito administrativo tem o seu viés de forma muito bem esculpida no direito como um todo. Nós temos o entendimento de que este projeto de V. Exa., Ver. Bernardino, é um belo projeto. Trago aqui, também, a minha manifestação de louvor, a minha manifestação de reconhecimento a este projeto e de entendimento de que, realmente, esses recursos que lá estão devem ser apreciados por um técnico. Aliás, foi assegurado pelo Ver. Nereu – o que eu ratifico – que muitos dos recursos, como é de nosso conhecimento, às vezes, tem uma prestação aquém da realidade, da necessidade que deveria ter. Então, tem o meu apoio o Ver. Bernardino no que diz respeito a este projeto, que vem, com certeza, ao encontro daquilo que a sociedade porto-alegrense está requerendo no presente momento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 201/12.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu reputo da maior importância nós colocarmos o dedo nessa moleira, nós mexermos nesse espaço onde o cidadão tem pouquíssima voz. Olha, quem de nós, Ver. Brasinha, Vereadores, cidadãos, também as pessoas que estão no Plenário nos assistindo, quem está em casa nos assistindo, já não teve algum problema de multa de que discorda, que não foi bem atendido, bem recebido e que teve o seu recurso indeferido? São milhares de casos, dos mais diferentes possíveis. Eu teria três ou quatro histórias para contar. Acho que aquela velha máxima que diz: “Se queres conhecer o homem, dê poder a ele”, às vezes, se expressa da forma mais nefasta, mais negativa possível, porque às vezes pega

um cidadão que pode estar lá como agente autoridade de trânsito e ele exercer regimento a sua função, mas, de repente, pode pegar outro que desvirtua a finalidade do seu trabalho. O cara está com problema em casa, está com qualquer tipo de problema na vida e vai lá e começa a descontar isso no talonário. Fora que as pessoas recebem multas, às vezes, absurdas; de forma que se transformou numa temeridade, numa heresia discutir com o agente de trânsito, porque ele tem formas de nos retalhar, e nós não temos forma de nos defender. Em relação à JARI, é quase que consensual: “Pode recorrer para lá, que na vai dar nada, teu recurso vai ser indeferido”. E, aí, desculpe-me, EPTC, o Secretário Cappellari me dizer que “Não, não é assim, tem um percentual”, não tem, não me conversem porque não tem. Não tem. Então, nós temos que criar, Srs. Vereadores – eu falava com o Ver. Bernardino e quero deixar aqui esta ideia –, uma estrutura, uma espécie de corregedoria dos “azuizinhos”, onde a gente possa, Ver. Brasinha, fazer uma queixa, mesmo que formal, encaminhar, ter a oportunidade de lá ser recebido, de expor o que aconteceu e buscar a penalização de um servidor que eventualmente exacerbe, extrapole de suas competências, aja em desacordo com aquilo que é sua obrigação, se valha da sua caneta para constranger o cidadão que já paga caro a gasolina, que paga caro o IPVA, que paga caro absolutamente tudo, que paga um IPI mais alto do mundo e que ainda, de vez em quando, se vê constrangido numa situação dessas.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Valter Nagelstein, eu aproveito este momento, porque não conheço ninguém que conseguiu ganhar algum recurso. Se tu conheces, me diz. Sabe por que eu falo? Porque eu também tenho alguns projetos que eu queria que, em algumas avenidas, passasse para 70Km/h, justamente, porque com 67Km/h, tem muita gente com multa e nunca eles aceitam argumento nenhum.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu quero dizer que quero reconhecer essa categoria como importante. Sei que no maior número ou na sua quase totalidade são bons profissionais, que há treinamento, mas sempre pode haver algum desvio. Nós criarmos estruturas que possam corrigir desvios em favor do cidadão, do contribuinte, da sociedade, é nosso dever.

Fica essa sugestão: que nós façamos, por um consenso, uma assinatura coletiva. Há pouco, falava com o Emerson que me dizia que era para ligar para o 118 e abrir um processo administrativo. Não funciona! Nós temos que ter uma corregedoria tripartite, que seja, um representante da sociedade civil, um da EPTC para que nós possamos examinar e encaminhar. Alguém que é maltratado por um azulzinho, liga para o 118 e registra. Mas eu não conheço. Nós precisamos aperfeiçoar esse processo, torná-lo mais transparente, mais a favor do cidadão. Se nós, eventualmente, formos tratados de forma abusiva, por um azulzinho, nós temos que ter um canal para reclamar, para levar adiante essa questão. Um canal com a representação da sociedade civil, com uma representação corporativa da instituição, da EPTC para que o cidadão possa ter esse canal e se prevenir ou se vacinar do desvio, do abuso de autoridade ou do mau uso da autoridade que é conferida a esses agentes de trânsito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Engº Comassetto, ao PLL nº 201/12.

O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 201/12.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste. Venho falar do Projeto e parabenizá-lo, Ver. Bernardino Vendruscolo. Mas quase sempre acontecem esses fatos aqui na Câmara. Eu acho que estava bem encaminhado, o Ver. Nereu D'Avila e o Ver. Valter foram muito bem nos seus encaminhamentos, mas agora, neste momento, Ver. Idenir Cecchim, surge essa emenda do Ver. Comassetto que, teoricamente, vai trancar o projeto, e nós não vamos aprovar. Por que dois? Até acho que, de minha parte, aceitaria um membro da UAMPA. Acho justo. Agora, Ver. Comassetto, por que dois membros da UAMPA?

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Colega Mario Fraga, na lei já diz que nesse JARI há dois representantes das entidades comunitárias, só não diz quais são elas. E creio que, para nós, a entidade maior de Porto Alegre é a União da Associação dos Moradores de Porto Alegre. Só dando esta

qualificação que já existe, nós não estamos criando nenhuma vaga a mais. Muito obrigado.

O SR. MARIO FRAGA: Está bem. Está esclarecido agora pelo Ver. Comassetto. Mas assim mesmo eu ainda não estou bem esclarecido. Ver. Bernardino, vamos olhar o representante do Município, Emerson Correa, que tem trabalhado junto conosco, para já dar uma olhada nessa Emenda, já que fazemos parte do Governo. Mesmo o Projeto não sendo do Governo, sendo do Ver. Bernardino, estamos de acordo com o Vereador. Mas gostaríamos de saber, da parte do Governo, sobre essa Emenda para podermos votar mais conscientes. Meus parabéns, Ver. Bernardino, porque, realmente, nas JARIs, todo o resultado nunca é bem-vindo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 201/12.
(Pausa.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Fica a OAB e a UAMPA?

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, esta aqui é uma emenda.

O Sr. Reginaldo Pujol: A emenda objetiva o quê? Colocar a UAMPA?

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Ela está colocando no JARI dois representantes da UAMPA - essa é a emenda. Eu só quero salientar que a emenda não foi destacada, portanto não cabe encaminhamento.

O Sr. Valter Nagelstein: A minha preocupação, Sr. Presidente, é que esta é uma instância julgadora, portanto é coerente a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não, Vereador, aí é o seguinte, escute o que estou dizendo...

O Sr. Valter Nagelstein: O senhor tem que conhecer Direito! Não vai botar um representante da UAMPA no tribunal...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, aí V. Exa. está julgando o mérito. Por gentileza, Vereador.

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, para isso aqui não precisa conhecer Direito, a lei está escrita aqui. O decreto já diz que na JARI tem dois representantes da comunidade, só não diz qual a entidade.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, feito o seu registro. Só quero salientar o seguinte: o Vereador pode apresentar qualquer tipo de emenda, se vai ser aprovada ou não, aí cabe a cada um. Como não foi destacada, esta Presidência vai colocar em votação.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, a Emenda nº 01 ao PLL nº 201/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aírto Ferronato, o PLL nº 201/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, hoje, sabiamente, votamos várias matérias simples, que se tratavam de homenagens e que têm tido acolhida geral. Então, nessa linha, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a discussão e votação do PLL nº 018/14. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLL nº 018/14.

Em discussão o PLL nº 018/14. (Pausa.) O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLL nº 018/14.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, realmente, faz alguns dias que venho falando neste projeto. Eu estudei intensamente o Estatuto do Torcedor. Em momento algum o Estatuto do Torcedor proíbe vendas de bebida alcoólica; proíbe ingressar no estádio, Ver. Valter Nagelstein. Mas o que a gente vê por aí, Vereador – e eu sou um que anda muito em estádios de futebol, assim como os Vereadores Reginaldo Pujol, Kevin Krieger, Cássio, Tarciso e V. Exa., que é colorado, Ver. Valter –, em Porto Alegre ou fora de Porto Alegre, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Salvador, é que todos estavam com o mesmo problema. Em Salvador já foi liberado. Então, senhores, eu venho a esta tribuna pedir o apoio dos colegas Vereadores para que possamos ter a oportunidade de legalizar o que acontece dentro dos estádios. Por quê? Nos estádios acontecem muitas coisas. Ver. Janta, tem torcedor que ingressa com bebida no bolso; tem torcedor que ingressa com bebida nas meias; tem torcedor que leva no carro; e tem torcedores que ficam no entorno do estádio bebendo o tempo todo. E mais: quando chega o momento de começar o espetáculo, cinco, dez minutos antes começa aquele tumulto para que as pessoas entrem, Ver.^a Séfora Mota. Aí, dá aquele problema na roleta, para passar. Todo mundo quer passar imediatamente para ver o espetáculo e dá tumulto. Então, venho pedir a V. Exas., pois hoje temos a oportunidade de legalizar e dar uma demonstração de grandeza. A FIFA veio para o Brasil e liberou tudo. Agora, nos estádios, pode tudo. No meu projeto é dito claramente que pode vender no período que antecede o espetáculo, no intervalo do espetáculo e no final do espetáculo, e somente na copa. Não pode haver garçom atendendo nas cadeiras, nas arquibancadas. Não pode! Então, senhores, vejam como é um projeto sério, que realmente vai trazer uma regulamentação séria, e as pessoas vão ter a oportunidade, Ver. Professor Garcia, de voltar no tempo, quando duas horas antes do espetáculo já estava cheio o estádio. Por que, agora, 20 minutos antes, não tem ninguém dentro do estádio? Porque não pode vender bebida de álcool. Então, senhores, a oportunidade de legalizarmos essa questão é hoje. Temos que aproveitar o momento da Copa. Conto com o apoio dos colegas para

darmos uma demonstração de grandeza para Porto Alegre e para o Rio Grande do Sul. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 018/14.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Ver. Alceu Brasinha, quero dizer, desde já, que conte com o meu voto. Sou uma dessas pessoas que pensa que devemos restabelecer no Brasil o princípio da autoridade; a coisa está muito solta, está solta demais. Mas o princípio da autoridade pressupõe também a liberdade do indivíduo. E que o indivíduo saiba que o limite da sua liberdade é o direito do próximo. Em um País como o nosso em que se estabeleceu um processo de ausência de regras e harmonia, em que é bonito o transgredir, o desobedecer, vão nascendo essas leis que pretensamente vão saneando o processo social. E é o contrário, Ver. Cláudio Janta, o contrário! Isso é de uma hipocrisia tal, Ver. Tarciso, com todo o respeito às opiniões diferentes, que, como disse o Ver. Brasinha, as pessoas ficam na beira da porta do estádio, no bar ali da frente do Beira-Rio, bebendo. E depois, chega na hora do jogo, o “neguinho” entra lá de cara cheia. Então é um processo hipócrita. Eu freqüentei estádios, estou com 43 anos, a vida toda. É fato e é verdade que pode haver torcidas organizadas e violência, mas isso é fruto de indivíduos e vai continuar acontecendo, se nós não tivermos outros meios de coibir a violência como prática institucionalizada.

É a mesma coisa a questão dos postos de combustíveis. Nós aprovamos aqui, há alguns anos, uma legislação que, no meu entendimento, é errada. É o seguinte: existe a lei; vamos punir rigorosamente, o que não acontece no Brasil com quem transgride a lei, vamos punir. Eu sou o primeiro a pedir, aplaudir e defender que quem transgride a lei seja punido. Agora, não pode consumir bebida alcoólica nas dependências do posto de combustível, mas pode vender. Que incoerência é essa?! E aí a autoridade municipal chega lá e tem um carro parado e tem um cara bebendo, ele vai ao dono do posto e multa o dono do posto. Uma mentalidade punitiva do empreendedor, do empresário, esse que já é tão penalizado no nosso País, e não pune o cara que está bebendo! E é ele o autor da transgressão! Ou, então, se ele bebeu, saiu dali e está dirigindo com o carro, que façam

uma blitz, que prendam o cara, que abram um processo contra essa pessoa que está colocando em risco a vida dos outros. O que o cara do posto tem a ver, se é a bebida? Ou, então, vamos para o outro lado, vamos instituir a lei seca no Brasil, e aí, então, não se vende mais bebida alcoólica, não se vende mais cigarro, Mário, entende? Senão é uma hipocrisia enorme! Então eu quero, mais uma vez, é o princípio da minha condução como homem público, a liberdade do indivíduo. O indivíduo não precisa dessas tutelas, a tutela que tem que haver é a tutela da lei, de dizer isso é certo, isso é errado. E se ele incorreu no erro, se ele invadiu a seara do outro, se ele desrespeitou o outro, se ele bebeu dentro do estádio e agrediu uma pessoa, provocou uma briga, provocou um tumulto, que ele seja preso, que não haja fiança. Aqui no Brasil as pessoas quebram tudo, vão ao Palácio da Polícia, fazem um B. O., e o cidadão se livra, sai solto 15 minutos depois. É isso que tem que ser mudado. O cara bebe, fica valentão, faz uma briga; vai lá e prende, recolhe à Delegacia de Costumes, leva para o xadrez, fica preso, mas não proibir a bebida, Ver. Brasinha. Isso, insisto, é uma hipocrisia. Dessas tantas hipocrisias que foram nascendo ao longo do tempo, de pessoas que acham que podem tutelar, que nós, cidadãos, precisamos desse tipo de tutela. Não, o que precisamos é de uma lei que funcione. Que o cidadão que saiu dali dirigindo, bebeu, assumiu o risco de dirigir, responda por homicídio doloso. Vereador Villela, ele foi lá no estádio, bebeu, provocou tumulto, que seja preso. Provocou lesões corporal, tentativa de homicídio, qualquer coisa, que seja preso por isso.

Agora começam essas invencionices no Brasil nesses últimos tempos, entre elas essa história da bebida nos campos de futebol. Volto a dizer, com todo o respeito, há opiniões divergentes, compartilho da sua opinião, já fui inclusive no programa Conversas Cruzadas em que o senhor estava comigo, na TVCOM, há mais de 2 anos para falar sobre isso, quando se começou a falar no assunto de Copa. Eu estranho muito que estejamos ainda terminando as coisas para a Copa quando há sete anos já se sabia que haveria Copa no Brasil. E uma das coisas que nós já deveríamos ter feito é a mudança nessa Lei que eu considero, particularmente, absurda. Acho que quem bebeu assuma a responsabilidade pelo que fez, mas esse tipo de tutela nós não precisamos.

O Sr. Mario Manfro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas para dizer que faço minhas as suas palavras, acrescentando que proibir a pessoa de ir com

sua família beber uma cervejinha; a pessoa que sabe beber não pode ser punida em virtude daquela que não sabe. Tenho saudade do meu saudoso pai, quando íamos ao Beira-Rio, tomávamos nossa cervejinha, nunca teve problema. Então, acho que é decretar a falência do Estado. Proibir é mais fácil do que fiscalizar, é mais fácil do que ver quem pode e quem não pode. Parabenizo V. Exa. pelo seu pronunciamento e desde já pode contar com o meu voto.

O Sr. Nereu D'Avila: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, nesses tempos de violência, o normal seria a restrição à bebida alcoólica, porque evidentemente ela é estimulante. Não vamos ser hipócritas. Ocorre que num mundo de incoerência e hipocrisia, como diz V. Exa., em que a Assembleia Legislativa abriu exceção agora porque existe um patrocinador da Copa do Mundo, da dona FIFA, e aí abre os portões para a bebida. Então não há coerência! Ora, se não há coerência, o Ver. Brasinha tem razão: instalado o caos, venha o caos.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Valter Nagelstein, sinto-me muito bem representado e assino embaixo na sua fala. Voto a favor do projeto do Ver. Brasinha também.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Agradeço, Presidente. Infelizmente não é mais possível... Meu raciocínio já está estabelecido, Sr. Presidente. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h18min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (16h34min) Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Paulo Brum (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Paulo Brum. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze Vereadores presentes. Não há quórum.
(16h57min) Encerrada a Ordem do Dia.

O Sr. Valter Nagelstein: Só para informar que grande parte dos Vereadores que não está - nós precisávamos de 19 para ter quórum - foi acompanhar a negociação. Então, meus respeitos a todos que estão lutando pelos seus direitos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, obviamente na Pauta estão vários projetos tramitando que não são do interesse da nossa plateia. Por conseguinte, não é o momento propício para fazermos uma discussão preliminar sobre esses projetos. E se eu venho à tribuna, venho com o objetivo claro de cumprir um mandamento regimental, sem o qual a Pauta não se realiza e os vários projetos que nela estão ficam trancados, não tramitam, não vão adiante. Então, Sr. Presidente, eu que tenho uma enorme dificuldade de conviver com ambientes muito acalorados, em função do meu trauma acústico, cumpro rigorosamente a minha tarefa no momento, faço a minha manifestação, contribuo para que a discussão preliminar se inicie, se instaure, se cumpra e que a Pauta fique realizada no dia de hoje. No resto, aguardo os acontecimentos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente, Ver. Garcia, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores. Eu também venho a este período de Pauta com o mesmo enfoque dado aqui pelo orador que me antecedeu, o Ver. Reginaldo Pujol. Eu iria debater aqui também o programa Cultura Cidadã, que é um projeto que tramita em 2ª Sessão de Pauta, de minha autoria. Mas, tendo em vista o trabalho que está se fazendo no sentido de fazer uma composição sobre o reajuste salarial e em consideração à presença dos servidores, eu declino desse momento que me foi confiado, para que nós possamos também estar dando um retorno aos servidores que vêm a esta Casa pedir socorro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, trabalhadores do Município que nos visitam e estão fazendo seu movimento justo na reivindicação salarial. (Palmas.) Eu venho aqui, Vereador-Presidente e demais Vereadores, defender o nosso projeto que pretende... E, pasmem, aqui em Porto Alegre nós não temos o regramento. E hoje pela manhã o Ver. Valter e mais alguns Vereadores defenderam o projeto, e eu fico muito grato por isso. É um projeto que pretende obrigar a presença de, no mínimo, um guia de turismo... As empresas de turismo que nos visitam e fazem o seu trabalho aqui em Porto Alegre não têm um guia de turismo local - ou, se têm, vem de outros locais -, e nós queremos, então, que aqui em Porto Alegre tenha esse trabalho regulamentado, que essas pessoas possam estar registradas, autorizadas, enfim. É uma valorização melhor e uma preparação profissional melhor destes trabalhadores que ganham seu dia a dia como guia de turismo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não tendo mais Vereadores inscritos em Pauta, eu quero fazer o registro dos funcionários públicos municipais, e quero dizer da

legitimidade de qualquer movimento de greve. Graças a Deus, nós temos uma Constituição que assegura o livre direito, que assegura todo e qualquer direito de categoria de lutar e de reivindicar as suas aspirações. Quero também ressaltar que a Câmara constituiu um grupo que tem acompanhado, de forma sistemática, as negociações e vai continuar acompanhando estas negociações. O importante é que vocês continuem nessa mobilização, continuem lutando pelos seus direitos, e sei que greve é muito fácil de entrar, difícil de sair, mas cada fim de greve, cada um dos segmentos tem que ter o entendimento que ninguém ganhou o suficiente que queria e aquele que concedeu também não concedeu tudo o que poderia dar. Não existem, não existem ganhadores nem perdedores. Na realidade, cada greve é um novo aprendizado para uma próxima mobilização. Eu não vou entrar no mérito da questão do Prefeito, eu estou colocando, eu estou numa situação como Presidente da Câmara, tem um grupo, eu não quero entrar nessa discussão, já participei de “n” movimentos de greve. Eu só entendo o seguinte: é legítimo, eu quero dizer que todas as vezes que vocês retornarem a esta Casa, com as mesmas solicitações, serão sempre bem recebidos. Sempre bem recebidos. (Manifestações nas galerias.) Eu só faço isso, eu quero dizer que, neste momento, nós estamos encerrando a presente Sessão e voltaremos na próxima quarta-feira. Bom movimento para todos os senhores e senhoras. (Manifestações nas galerias.) Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h04min.)